

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**CONSELHO UNIVERSITÁRIO****SECRETARIA****ATA Nº 09/2017**

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às dez horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, localizada no edifício da Reitoria, *Campus* Universitário em Uvaranas, situado na Avenida General Carlos Cavalcanti nº 4748, na cidade de Ponta Grossa, Paraná, sob a Presidência do Magnífico Reitor, Professor Carlos Luciano Sant'Ana Vargas, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Universitário - COU, com a presença da Vice-Reitora Professora Gisele Alves de Sá Quimelli e dos Conselheiros Alexandre Camilo Junior, Amaury dos Martyres, Antonio José Camargo (suplente), Antônio Marcos Maia, Aroldo Messias de Melo Junior, César Augusto Galvão Arrais, Eduardo Pereira, Gabriela Mazureki Campos Bahniuk (Diretora de Planejamento Físico no exercício da Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN), Gilmar Batista Mazurek, Jeverson Machado do Nascimento (suplente), João Manoel Grott, Ludmilo Sene, Luis Fernando Cerri, Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, Marcos Vinicius Fidelis, Maria Lúcia Cazarin Beserra Madruga, Maria Salete Marcon Gomes Vaz, Miguel Archanjo de Freitas Júnior, Osnara Maria Mongruel Gomes, Paulo Rogério Moro, Paulo Vitor Farago (suplente), Ricardo Zanetti Gomes, Rosane Falate, Sandra Borsoi, Silas Guimarães Moro, Silviane Buss Tupich, Ulisses Coelho e Vicente Paulo Hajaki Ribas; contando ainda com a presença dos servidores Dirlene de Andrade Batista, Ítalo Sérgio Grande, Neomil Macedo e Wilton Correia Paz (representante da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais - PROEX) para apreciarem a seguinte ordem do dia: **1** - Processo nº **14.367/2017**. Interessada:

25 Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI. Assunto: Apreciação
26 de proposta do Grupo de Trabalho para a Autonomia da UEPG. Relator: Gilmar Batista
27 Mazurek. A Presidência da mesa cumprimentou a todos os presentes e, depois de
28 constatada a existência de quórum regimental, deu início à reunião extraordinária
29 previamente agendada para esta data e horário, tendo por assunto o Processo nº
30 14.367/2017 de interesse da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
31 - SETI e por objeto, nesse dia, a apreciação da proposta final do grupo de trabalho para
32 a autonomia das Universidades; justificou que em razão da ausência do Conselheiro
33 Emerson Martins Hilgemberg, presidente do grupo de trabalho, passaria a relatar a
34 matéria o Conselheiro Gilmar Batista Mazurek, a quem concedeu a palavra para
35 apresentação. Assumiu a palavra o Conselheiro relator destacando os componentes do
36 grupo de trabalho, revelando que a Seção Sindical dos Docentes da Universidade
37 Estadual de Ponta Grossa - SINDUEPG haveria preferido não participar das ações, não
38 indicando representante; passou a historiar sobre as ações do grupo, narrando que logo
39 após serem nomeados na data de quatro de outubro do corrente, se reuniram
40 procedendo a escolha da presidência, da relatoria e fazendo estudo preliminar da
41 matéria, onde houve também apresentação pela Diretoria Financeira - DIFI e pela Pró-
42 Reitoria de Recursos Humanos - PRORH sobre os valores da Instituição, o qual não
43 estava bem de acordo com todas as outras Instituições, existindo alguns problemas de
44 base de cálculo, os quais teriam sido ajustados na sequência; relatou que na próxima
45 reunião teriam voltado a discutir sobre o mesmo tema, mas a partir de cenários possíveis
46 para os próximos anos, começando a se ter noção do quanto seria o índice necessário,
47 aquele a ser proposto em documento da Associação Paranaense das Instituições de
48 Ensino Superior Público - APIESP; contou que já se teria estudo preliminar com base nas
49 informações da Universidade Estadual de Londrina - UEL e da Universidade Estadual de

50 Maringá - UEM, as quais teriam estudos de quase vinte (20) anos desses processos
51 estando com pesquisa em fase mais adiantada, como também o trabalho que viria
52 sendo praticado pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, e dentro
53 dessa condição no dia seguinte, mais precisamente na data do dia dezoito seguiram
54 para reunião em conjunto com as demais Instituições de Ensino Superior - IES do Estado,
55 com a apresentação de seus estudos pela Universidade Estadual do Norte do Paraná -
56 UENP e a Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, que mostraram realidade
57 pouco diferente das outras, pois se trata de Instituições iniciantes com demanda muito
58 maior, enquanto a UEL, UEM e UEPG estariam consolidadas, tendo processo pouco mais
59 lento de crescimento de gastos; complementou dizendo que a Universidade Estadual do
60 Centro-Oeste - UNICENTRO e Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
61 estariam no “meio termo”, nem totalmente consolidadas, mas também não estariam
62 iniciando, apresentando então grande diferença, o que causaria impacto nessa efetiva
63 proposta de índice; afirmou que nesse momento teria se chegado a concisão do índice
64 para todo o sistema, e não o índice da UEPG, complementando que o índice de todo o
65 sistema, frente a receita tributária líquida, a qual teria sido a base de cálculo escolhida
66 por todos os grupos, teria sido fixada em oito inteiros e cinco décimos por cento (8,5%);
67 informou que na data de vinte e sete de outubro passado, teria sido realizada última
68 reunião de fechamento dos últimos acertos do relatório, onde se teve participação
69 importante dos representantes acadêmicos, que lembraram de alguns problemas não
70 tratados dentro do grupo de trabalho; relatou que em primeiro momento aprovou-se
71 documento da APIESP em reunião do COU como um todo, restando outro problema
72 que seria o aspecto financeiro, o estabelecimento de índice mínimo de repasse; apontou
73 o surgimento de preocupações com o tempo de estudo que seria pequeno, nesse
74 momento, efetivamente, o tempo era escasso pela necessidade de uma resposta, que era

75 para o dia vinte e cinco de outubro que já se fora, expondo então que a resposta teria
76 sido dada agora; explicou que teria sido levantada também, discussão sobre outros
77 pontos não discutidos na autonomia, como reclames acadêmicos e reclames de
78 necessidades internas que poderiam não estar atendidos nesse momento dentro dessa
79 proposta; continuando sua explanação, ilustrou contando ter recebido auxílio do
80 Conselheiro Vicente Paulo Hajaki Ribas ao buscar os aspetos jurídicos, comprovando
81 estar prevista na Constituição Federal de 1988 - CF/88 a autonomia das universidades em
82 seus artigos 206 e 207, que preveem a gratuidade do ensino nas instituições públicas, a
83 qual em alguns termos seria do ensino básico e fundamental, onde estaria contemplada
84 a gestão financeira e administrativa, limitada à disponibilidade orçamentária; se
85 reportou à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, artigos 53 a 57 que
86 buscariam regulamentar como seria essa autonomia de gestão, a partir da qual teria
87 observado alguns parâmetros com o que estaria proposto no documento da APIESP;
88 esclareceu ainda que o artigo 180 da Constituição Estadual simplesmente repetiria o
89 texto da CF/88, revelando que haveria lhe chamado atenção na Constituição Estadual,
90 teria sido a garantia de folha de pagamento do ano que vem pelo Estado; explicitou
91 como teria sido debatido e como se teria chegado ao percentual de oito por cento (8%)
92 nesse momento, comunicando ter sido utilizado o histórico das IES com relação aos
93 repasses e o recebido no sistema por cada uma; esclareceu tratar dos últimos três (3)
94 anos fechados, dois mil e quatorze, dois mil e quinze e dois mil e dezesseis onde se chegou
95 a um índice de doze inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento (12,64%) à UEFG,
96 apresentando alguns números relacionando esse índice à receita tributária líquida, e se
97 considerado o perfil dos repasses históricos dos últimos dez (10) anos, entre o menor e o
98 maior já recebidos, registrou que seria um aumento significativo de dois décimos (0.2)
99 pontos percentuais; expôs que ao considerar sobre a hipótese do governo que seria de

100 uma receita tributária menor do que a desse ano, a projeção para dois mil e dezoito, e
101 levantando a receita tributária em termos nominais, quais seriam os números do gráfico
102 em termos reais, demonstrando que nunca houve diminuição da receita tributária, com
103 ela sempre se mantendo em crescimento; argumentou que a tendência da receita
104 tributária a longo prazo seria crescer, o que justificaria a escolha de um índice de oito
105 inteiros e cinco décimos por cento (8,5%); chamou atenção, não para o crescimento em
106 termos nominais, mas sim ao crescimento em termos reais, apontando que a economia
107 paranaense teria sofrido um pontinho em dois mil e dezesseis com a queda geral, mas
108 que já viria mostrando sinais de recuperação; considerou alguns cenários elaborados e a
109 complexidade da tabela, pormenorizando linha de possibilidade com a regra estipulada
110 de oitenta e cinco por cento (85%) para folha de pagamento e quinze por cento (15%)
111 para custeio, apresentando nessa sequência para trabalhar com o estado atual, com o
112 crescimento vegetativo da folha de pagamento, valores em reais; nesse contexto supôs
113 valores prováveis necessários à Instituição para orçamento, afirmando que a resposta
114 seria, com a receita crescendo, efetivamente, a Universidade se sustentaria com grande
115 condição, e a receita não crescendo, a UEPG passaria pela penúria que passa hoje e um
116 pouco mais; falou sobre o valor da Receita Líquida utilizado na base da projeção para
117 crescimento histórico, e qual seria, em porcentagem, a expectativa de crescimento da
118 receita tributária de ano para outro; disse que estimativa de gasto fundada na folha de
119 pagamento com crescimento vegetativo única e exclusivamente, sendo somente essas as
120 situações, sem reposição dos servidores e sem reajuste dos mesmos; lembrou sobre a
121 questão dos reajustes ao se reportar a decreto governamental, que congelaria todos os
122 salários a partir desse ano, não existindo mais aumento; apresentou ainda quais seriam
123 os problemas levantados dentro do índice, alegando poder pensar em um índice menor;
124 cogitou a possibilidade da UEPG conseguir se suportar com índice menor, mas as demais

125 não conseguiriam, em determinadas condições; apresentou como favorável a situação
126 da Instituição com o índice apresentado e alegou que índices menores não iriam estar de
127 acordo com as demais; como conclusão apontou o índice eleito como não tão bom, mas
128 que para o futuro deveria ser, já que haveria uma tendência de crescimento econômico;
129 alegou a situação ser favorável à negociação de um índice, porque frente a receita
130 tributária líquida esse índice seria maior e embora o valor nominal a ser repassado à
131 Instituição seja menor, o índice vai ser favorável e em um crescimento econômico os
132 valores nominais passariam a ser vantajosos, justificando como grande a vantagem de se
133 ter um índice; relevou que o índice seria previsto para o próximo ano e que seria
134 fechado, com sua forma de distribuição negociável entre as Reitorias; continuou seu
135 relato falando sobre a Política Docente, dizendo que um dos itens da APIESP seria a
136 isonomia de cargos e salários entre as demais Instituições, e que nesse momento as
137 discussões não deveriam prosperar porque, efetivamente, não se tomaria decisão a ser
138 mudada futuramente, sendo melhor ter suspensa a discussão até a resolução dos
139 procedimentos de autonomia; ressaltou ser recomendável também, a ampliação dos
140 debates e a continuação dessa discussão sobre autonomia universitária e quais as suas
141 necessidades; acrescentou que não só em termos de mínimos garantidos deviam ser
142 discutidos, mas o que poderia ser feito se o percentual fosse obtido e como agir com esse
143 percentual; citou ainda o fato de acaso não se ter a autonomia nesse momento, mas em
144 um momento futuro, seria melhor a Instituição se preparar para ter uma resposta mais
145 rápida à situação, ampliando e contemplando debates de outras questões como Política
146 Estudantil e a própria Política Docente; concluiu que, em síntese seria o que o grupo de
147 trabalho teria a relatar, que teria sido buscado o índice e discutido aquilo que foi possível
148 dentro do tempo, solicitando por fim a aprovação do relatório. Antes de abrir a discussão
149 o Senhor Presidente expressou agradecimento a todos que participaram efetivamente

150 do grupo de trabalho e ao Conselheiro Emerson Martins Hilgemberg, embora ausente,
151 por ter aceitado presidir o referido grupo; considerou que o trabalho proposto a ser
152 desenvolvido, de fato teria sido cumprido; comunicou sobre proposta a ser analisada
153 pelo COU que, de certa forma, viria respaldar a Reitoria enquanto participante do
154 grupo de trabalho instituído pela Resolução SETI; a título de informação repassou que
155 teria sido solicitado pela APIESP, ampliação de mais quinze (15) dias do prazo já
156 estipulado; disse que estaria acordado que as Instituições após reunirem seus Conselhos
157 Superiores, seria efetivada reunião da APIESP no dia seis para fechamento dos trabalhos
158 realizados de forma conjunta com os demais grupos, e no dia sete de novembro estaria
159 agendada reunião do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais do Paraná -
160 CRUEP para entrega do documento final; na sequência abriu espaço para discussão com
161 base no relatório de proposta de autonomia da UEPG apresentado pelo Conselheiro
162 relator Gilmar Batista Mazurek. Primeiro a se manifestar, o Conselheiro Luis Fernando
163 Cerri destacou aspecto da recomendação da comissão, que seria a suspensão
164 momentânea da discussão sobre mudanças na política docente, fazendo referência ao
165 papel importante da aprovação dessa recomendação, considerada situação constatada
166 nos setores de conhecimento de preocupações pelo momento vivenciado de incertezas e
167 de dificuldades no contexto de contenção de despesas, exemplificando ao citar o próprio
168 decreto do governador do Estado, que teria eliminado a possibilidade de reajuste salarial
169 por grande período; expressou desejo de garantir clareza sobre o encaminhamento da
170 suspensão da discussão, em específico para um momento mais adequado conforme o
171 contexto do próprio avanço da discussão da autonomia. Nesse momento a Senhora
172 Vice-Reitora Professora Gisele Alves de Sá Quimelli fez lembrar que já teria sido
173 solicitada essa suspensão da discussão em última reunião do Conselho de Administração -
174 CA, onde teria sido acatada e a questão definida. O Conselheiro Marcos Vinicius Fidelis

175 apontou a importância do aspecto das conclusões da Comissão ao considerar ter feito
176 parte do grupo de trabalho; reforçou a importância da continuidade dos trabalhos
177 mesmo que com formação diferente do grupo, visando provisionar a Reitoria com
178 maiores informações para a discussão da autonomia, considerando as coirmãs estarem
179 em processo mais adiantado de discussão; salientou importante o aspecto da discussão
180 da matriz de divisão de recursos a partir do ano de dois mil e dezoito, sendo que teria
181 sido convencionada a divisão de recursos baseada na divisão dos últimos três anos, do
182 executado dos últimos três anos, mas que não teria sido traçada ainda estratégia para
183 definir o que seria matriz de divisão de recursos a partir de dois mil e dezenove. O Senhor
184 Presidente mantendo a matéria em discussão, afirmou que em relação ao grupo de
185 trabalho, o mesmo não se extinguiria com a reunião de hoje, que continuaria em aberto
186 e operacional, se reunindo dentro da necessidade; atestou o trabalho como bem feito e
187 com justificativa, que estaria respaldado técnica, jurídica e politicamente; considerou não
188 se tratar de trabalho amador, até pela experiência dos demais grupos de trabalho como
189 teria sido dito, de longa data, asseverou ser profissional e de antemão, afirmou que o
190 grupo de trabalho continuaria constituído. Manifestou-se o Conselheiro Antonio José
191 Camargo ao destacar interessante a abordagem da possibilidade da Universidade
192 conquistar a autonomia, podendo assim gerir os recursos próprios; comentou que teria
193 que ser negociado índice que propiciasse às Universidades tudo o que elas deveriam
194 cumprir no contexto paranaense, e como se tem discutido, que esse índice fosse bem
195 viável; visualizou que a discussão não seria fácil, mas que teria que ser uma negociação
196 muito forte. Assumiu a palavra a Presidência para afirmar, que na verdade o ocorrido
197 não teria sido bem esse, pois quem teria pedido para discutir a autonomia teria sido as
198 Instituições através dos seus Reitores e não o governo, porém, a preocupação seria
199 válida. Sem mais manifestações a respeito da matéria, para efeito de encaminhamento

200 e clareamento sobre o que estaria sendo aprovado, o Senhor Presidente explicitou que
201 estaria sendo referendado documento já aprovado anteriormente, que seria aquele
202 primeiro documento chamado de princípios básicos de discussão da autonomia com
203 algumas alterações mínimas, esclarecendo que no documento estaria previsto período de
204 transição; disse que a autonomia, na verdade, não seria de índice de valor, mas teria de
205 ser de gestão, de liberdade de uso dos sistemas, sejam lá quais fossem; reiterou que a
206 votação seria quanto a referendar o documento com as alterações colocadas e também
207 aprovar o relatório do grupo de trabalho interno, que apresentou números que a
208 Universidade através de seu Reitor junto à APIESP, pudesse defender perante o grupo
209 de trabalho instituído pela Resolução SETI, sob a coordenação da APIESP, constituindo
210 documento único, fechado, junto com as demais Reitorias; afirmou ter acompanhado o
211 trabalho conjunto onde as coisas estariam relativamente acordadas, e que não agiria
212 diferente daquilo que a comunidade universitária, representada pelo grupo de trabalho
213 e, posteriormente, pelo COU aprovasse; colocou em votação o documento final de
214 princípios de autonomia e dos números apresentados em separado para subsidiar o
215 período de transição proposto junto ao governo do Estado, que recebeu aprovação por
216 unanimidade; anunciou que antes de dar por encerrada a reunião, iria reforçar
217 agradecimento em seu nome e da Senhora Vice-Reitora, pelo empenho ao trabalho
218 realizado pelo grupo de trabalho instituído, extensivo aos Conselheiros do COU;
219 considerou a aprovação dessa data como histórica, sendo ponto de partida para que a
220 UEPG pudesse, efetivamente, a partir de agora, mesmo sabendo de todas as
221 dificuldades existentes, propor algo consolidado e sólido para discussão da autonomia,
222 enfim, conseguir a tão almejada autonomia Universitária junto ao Governo do Estado
223 do Paraná. Seguidamente aberta palavra livre, se manifestou o representante da Pró-
224 Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais - PROEX, o Senhor Wilton Correia Paz que

225 estendeu convite formulado no dia anterior durante reunião do CA para abertura do
226 45º Festival Nacional de Teatro - FENATA, informando data, horário e local; explanou a
227 respeito de algumas das características do Festival, das peças a serem apresentadas e da
228 mostra Telmo Faria intitulada "10 em cena", homenagem ao criador do FENATA tendo
229 como apresentação de abertura a peça "A moratória", que teria sido a peça de criação
230 do Festival no ano de um mil, novecentos e setenta e três, na gestão do então Reitor,
231 Álvaro Augusto Cunha Rocha; informou que com atores locais o Centro de Estudos
232 Cênicos Integrados - CECI de Ponta Grossa teria remontado o espetáculo realizando sua
233 releitura; finalizou considerando ser um presente para o Festival, comemorar seus
234 quarenta e cinco (45) anos com a peça de criação do Festival nos anos setenta. Não
235 havendo nada mais a tratar, às onze horas e dezoito minutos, a Presidência agradeceu a
236 presença de todos e declarou encerrada esta reunião, da qual, eu, Eliane Maria Fidelis,
237 Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente ATA, que depois de aprovada será
238 assinada pelos presentes. Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores, *Campus Uvaranas*,
239 trinta e um de outubro de dois mil e dezessete.

240

ATA Nº 09/2017

241 Carlos Luciano Sant'Ana Vargas

242 Gisele Alves de Sá Quimelli

243 Alexandre Camilo Junior

244 Amaury dos Martyres

245 Antônio Marcos Maia

246 Aroldo Messias de Melo Junior

247	César Augusto Galvão Arrais	_____
248	Eduardo Pereira	_____
249	Gabriela Mazureki Campos Bahniuk	_____
250	Gilmar Batista Mazurek	_____
251	João Manoel Grott	_____
252	Ludmilo Sene	_____
253	Luis Fernando Cerri	_____
254	Luiz Alexandre Gonçalves Cunha	_____
255	Marcos Vinicius Fidelis	_____
256	Maria Lúcia Cazarin Beserra Madruga	_____
257	Maria Salete Marcon Gomes Vaz	_____
258	Miguel Archanjo de Freitas Júnior	_____
259	Osnara Maria Mongruel Gomes	_____
260	Paulo Rogério Moro	_____
261	Paulo Vitor Farago (suplente)	_____
262	Ricardo Zanetti Gomes	_____
263	Rosane Falate	_____
264	Sandra Borsoi	_____

265	Silas Guimarães Moro	_____
266	Silviane Buss Tupich	_____
267	Ulisses Coelho	_____
268	Vicente Paulo Hajaki Ribas	_____
269	Presentes:	
270	Dirlene de Andrade Batista	_____
271	Ítalo Sérgio Grande	_____
272	Neomil Macedo	_____
273	Eliane Maria Fidelis - Secretária	_____